

Análise de Conjuntura apresentada na assembleia do Apubh de 12/12/2024

I- Posicionamento da nossa categoria diante da luta de classes e caráter da nossa democracia

Adotamos nesta Análise de Conjuntura a premissa de que a sociedade em que vivemos está dividida em classes. As diversas classes existentes estão organizadas em torno de duas classes fundamentais: a burguesia que controla os meios de produção e a classe trabalhadora que produz efetivamente as riquezas, mas não as controla, pois vende sua força de trabalho em troca de salário para poder sobreviver. Parte de nós docentes das universidades federais considera que nós mesmos, enquanto categoria, pertencemos à classe trabalhadora. Outra parte discorda dessa identificação, mas reconhece que nós somos servidores públicos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora que, ao fim e ao cabo, é a classe que sustenta a universidade e os serviços públicos com os impostos que paga e com a riqueza que produz para o país. É principalmente pensando nesses dois segmentos da nossa categoria que este texto foi produzido. A explicação para essa escolha é simples: consideramos difícil acessar os e as colegas que não coadunam com uma dessas posições em um texto de apenas seis páginas.

Nós da atual diretoria do APUBH, consideramos que a democracia liberal burguesa, implantada de maneira frágil no nosso país capitalista dependente, permite à burguesia financeira que aqui atua perpetuar e às vezes até aprofundar as desigualdades econômicas, políticas e sociais, quando ela considerar isso conveniente. Na contramão e como forma de limitação desse poder da burguesia está a resistência da classe trabalhadora. Ainda que soe mais falsa em países como o nosso, mesmo nos países capitalistas centrais, a democracia liberal burguesa é uma democracia baseada na manutenção das desigualdades e na ideia de que o dinheiro pode comprar tudo. Por outro lado, a democracia liberal burguesa instaura contradições fundamentais ao declarar que, formalmente, todos somos iguais e temos os mesmos direitos. Por isso, é tão importante defendê-la contra a instauração de regimes autoritários e ainda mais antipopulares.

II- Crise do capital financeiro, fortalecimento da extrema-direita e cenário político no Brasil

O capitalismo financeiro que representa a fração hegemônica da burguesia está em crise desde 2008. No entanto, ainda reproduz de forma eficaz a hegemonia do neoliberalismo. A atual crise do modo de produção capitalista é estrutural e está sem perspectivas claras de superação. Como no caso das crises anteriores, a crise atual se caracteriza pela redução das taxas de lucro do capital e tem sido respondida desta vez de forma ainda mais

agressiva com a retirada de direitos da classe trabalhadora e com a apropriação de recursos naturais pelo capital. É nessa toada que se instauraram, por exemplo, a contrarreforma trabalhista do governo Temer e a contrarreforma da previdência do governo Bolsonaro. A retirada de direitos da classe trabalhadora em todos os países capitalistas tem aumentado a instabilidade política e social, criando as condições para o crescimento do neofascismo que se apresenta como uma alternativa para o sentimento anti-sistema, cada vez mais difundido entre aqueles e aquelas que se veem sem perspectivas de futuro.

Não podemos aceitar (sem protestar) que, mais uma vez, o custo da crise do sistema capitalista recaia sobre a classe trabalhadora. Não podemos admitir (sem nos indignar) as ameaças à democracia oriundas do neofascismo, tal como a tentativa de golpe bolsonarista contra o resultado das eleições de 2022. Não podemos nos calar sobre o subfinanciamento da saúde e da educação pública, oriundas das políticas neoliberais, que ameaça a sobrevivência, dentre outras instituições, da universidade pública, inclusiva e de qualidade. Não podemos nos calar diante do processo de destruição do serviço público que teve novo capítulo na decisão tomada pelo STF, no dia 06/11/2024, que validou uma alteração constitucional realizada há duas décadas, com a permissão da contratação de novos servidores públicos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vez do regime estatutário com estabilidade (emenda 19/98). Em resumo, não podemos nos furtar de lutar, como categoria docente, contra o neoliberalismo cujo objetivo é fixar o Brasil no lugar de mero exportador de commodities agropecuárias ou oriundas do extrativismo mineral predatório, destruindo as perspectivas de desenvolvimento nacional produzido pela produção de conhecimentos nas diversas áreas e pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

A extrema-direita neoliberal no Brasil montou um grande esquema de disputa ideológica baseado no elogio ao negacionismo e na deslegitimação do conhecimento e das instituições que o produzem, como é o caso da universidade. A ideologia da extrema-direita neoliberal também deslegitima os direitos sociais, a partir de uma lógica individualista e meritocrática. Ao intensificar a sua “guerra cultural” em nosso país, foi a própria extrema-direita neoliberal que inaugurou o tempo de uma disputa aberta de projetos para a sociedade brasileira e de valores que sustentam esses projetos. Nós, que não concordamos com o neoliberalismo e com a instauração de regimes autoritários, devemos nos colocar abertamente nesta disputa de projetos e valores. Uma mudança da atual realidade social e economicamente injusta requer nossa capacidade de enfrentamento ao negacionismo e à ideologia neoliberal.

Nas últimas eleições municipais de 2024, a extrema direita cresceu significativamente. Contudo, devido ao controle do orçamento público proveniente das emendas impositivas, bem como ao financiamento massivo que receberam da burguesia, foram os partidos da direita neoliberal os grandes vitoriosos no último pleito. Esses partidos reunidos no assim chamado “Centrão” não têm ligação necessária com o neofascismo neoliberal, mas podem facilmente fazer acordos com a necropolítica desse movimento antidemocrático, como ocorreu durante o governo Bolsonaro, quando o “Centrão” conquistou o controle sobre o orçamento público, que detém até hoje. Como outro fruto dessa aproximação entre neofascismo neoliberal e o “Centrão” fisiológico e antipopular, nós tivemos promulgada a “independência do Banco Central”, aprovada em 2021 pela Lei Complementar 179. Livre do controle direto do poder executivo para poder defender com unhas e dentes os interesses do capital financeiro, o BC do bolsonarista Roberto Campos Neto criou, nos primeiros dois anos de governo Lula 3, grandes obstáculos para a política econômica do governo federal e para o desenvolvimento do país.

III- Correlação de forças desfavorável e necessidade de rearticulação da esquerda

Desde o golpe de 2016 para cá, não houve grandes alterações nas dinâmicas da luta de classes em nosso país e, por isso, continuamos com uma correlação de forças desfavorável para a defesa dos interesses populares. Isto coloca o conjunto da esquerda brasileira diante do grande desafio de organizar os trabalhadores e as trabalhadoras para a luta em defesa de seus direitos, entre os quais se inclui o direito de acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade, que foi um direito conquistado com as políticas de ações afirmativas instituídas a partir da primeira década do século atual pelos governos Lula e Dilma. São essas políticas de ações afirmativas que fazem com que, hoje, os e as estudantes universitários(as) oriundos da classe trabalhadora sejam a maioria de nosso corpo discente.

De 2023 para cá, dentro da frente ampla de um governo formado para derrotar, nas urnas, a necropolítica neoliberal do governo Bolsonaro, não foi formado um bloco de esquerda consistente, bem como não tem havido organização suficiente da classe trabalhadora para que essa classe vá massivamente às ruas para lutar por seus direitos. Sindicatos, movimentos populares e movimentos sociais parecem ainda não ter o poder de mobilização e convocação para enfrentar o poderio do mercado financeiro (financiador da maioria dos políticos no parlamento) ou o poderio da mídia hegemônica empresarial, que combate diuturnamente qualquer iniciativa de interesse popular do governo federal. Por essa razão, o governo Lula 3 parece “encalacrado”, conforme a expressão criada recentemente pelo MST para caracterizar a atual situação. O governo federal está cercado e cerceado por forças e estruturas neoliberais que atuam dentro e fora do Estado para impedi-lo de cumprir a maior

parte de suas promessas de campanha, independentemente da vontade política do presidente da república.

IV- Principais contradições do governo Lula 3

Vivemos um governo com uma correlação de forças típica de um “semiparlamentarismo”, o que enfraquece as decisões da presidência. Com esse e outros obstáculos, o governo ainda não chegou às periferias ou aos camponeses da luta pela reforma agrária e nem adotou medidas efetivas que atendam aos principais interesses da classe trabalhadora. As mudanças realizadas pelo governo até agora não estão sendo percebidas no dia a dia da população mais empobrecida. A realidade econômica não está se alterando no ritmo necessário. Afinal, continuamos hoje a ter uma grande parte da classe trabalhadora na informalidade com empregos precários e com poucos direitos. São 70 milhões de pessoas nessa situação. O desmonte do Estado operado pelos governos Temer e Bolsonaro não foi revertido e não há sinais claros de que haverá reversão desse desmonte nos próximos dois anos de mandato.

Por outro lado, há alguns avanços que precisam ser reconhecidos. No dia 04/12/2024, foi publicado o resultado da Síntese de Indicadores Sociais 2024 do IBGE. A pesquisa mostra que 8,7 milhões de pessoas saíram da linha da pobreza no país entre 2022 e 2023, situação que ainda atinge 59 milhões de brasileiros. No mesmo período, 3,1 milhões deixaram a extrema pobreza, condição que ainda afeta 9,5 milhões. Outro sinal que enfraquece o argumento dos que consideram o governo Lula 3 como um governo estritamente e essencialmente neoliberal foi divulgado no mesmo dia 04/12/2024, quando a imprensa publicou o resultado de uma pesquisa da Quaest sobre a aprovação do governo Lula entre representantes do mercado financeiro. Essa pesquisa revelou que 90% dos entrevistados dentro deste público específico têm avaliação negativa do governo. Outra evidência dessa insatisfação é que o mercado, por meio da imprensa burguesa e hegemônica, continua fazendo pressão ao governo, mesmo conquistando diversos benefícios, com a ajuda do Congresso Nacional.

Outra evidência de comportamento não neoliberal do governo foi sua tentativa ativa de rever isenções fiscais concedidas a grandes corporações para recomposição da capacidade do estado em investir em políticas públicas de interesse popular. Essa tentativa, como sabemos, foi derrotada pela ampla maioria de representantes dos interesses do capital financeiro que hoje ocupam o Congresso Nacional. Diante disso, em meados de novembro deste ano, o Ministério da Fazenda decidiu divulgar, pela primeira vez na história, a lista das

empresas beneficiadas com isenções fiscais, em atitude que enfureceu a burguesia e a mídia hegemônica que a representa.

Os dados de isenção fiscal foram extraídos de declarações das empresas para a Receita Federal. A lista apresenta o nome das empresas que mais deixam de pagar tributos no país, com dados de janeiro a agosto de 2024. Segundo levantamento realizado em reportagem da *Revista Carta Capital* (<https://www.cartacapital.com.br/economia/em-meio-a-debates-sobre-ajuste-fazenda-divulga-lista-inedita-de-empresas-e-setores-beneficiados-por-renuncias-fiscais/>), foram concedidos 546 bilhões de reais em benefícios fiscais apenas nos oito primeiros meses do ano. Em comparação feita pela mesma reportagem, a cifra das isenções é três vezes superior a todo o orçamento do Bolsa Família para 2025, que está previsto em 167,2 bilhões de reais. Este dado mostra o cinismo do grande empresariado brasileiro e dos agentes do mercado financeiro que pressionam o governo federal para realizar todos os cortes de orçamento nas políticas públicas voltadas para o atendimento aos direitos sociais.

V- O pacote de medidas do Ministério da Fazenda para manutenção do Arcabouço Fiscal

O pacote de medidas para atender às regras do arcabouço fiscal, que foi anunciado no dia 27 de novembro pelo ministro da Fazenda, é um exemplo dos efeitos da pressão exercida pelo mercado financeiro sobre o governo. Essa pressão tem recorrido a grandes ataques especulativos por meio dos quais o mercado impôs variações no preço do dólar que trouxeram instabilidade econômica, porque o aumento do preço do dólar atua como uma fonte de pressão inflacionária. A partir desses ataques especulativos, o Banco Central do sabotador e bolsonarista Roberto Campos Neto voltou a aumentar a taxa de juros que atingiu absurdos 12,25% na reunião do COPOM do dia 11/12/2024. Com esse novo aumento, a taxa básica de juros no Brasil se tornou a segunda maior do mundo, atrás apenas da taxa praticada na Turquia.

Mesmo antes da apresentação do pacote, o governo federal já havia realizado vários bloqueios no orçamento previsto para 2024, para tentar atender às rígidas exigências do novo arcabouço fiscal instituído em 2023, que foi assumido como política fiscal do próprio governo, em vez de ser denunciado como parte da pressão das forças neoliberais e como resultado do acordo firmado para a aprovação da PEC da transição antes mesmo da posse do governo em janeiro de 2023, visto que o orçamento proposto pelo governo anterior para esse mesmo ano inviabilizaria o funcionamento de qualquer governo. Com os bloqueios de orçamento anunciados no segundo semestre de 2024 pelo governo federal, diversos cortes

foram realizados em áreas sensíveis como o financiamento das pesquisas científicas e tecnológicas.

Como resultado da pressão do mercado financeiro, do Congresso Nacional, da mídia burguesa e do Banco Central, o pacote proposto pela Fazenda trouxe novas medidas antipopulares, isto é, contrárias aos interesses da classe trabalhadora. Assim, por exemplo, o pacote criou um teto para o aumento real do salário mínimo e piorou a política hoje estabelecida nesta área. A política atual prevê uma valorização do salário mínimo em um índice que combina a inflação do ano anterior acrescida do crescimento médio do PIB dos dois anos anteriores. O pacote limita ao teto de 2,5% o aumento associado ao crescimento do PIB.

De acordo com a análise divulgada pelo Dieese, no dia 06/12 próximo passado (<https://www.dieese.org.br/sinteseespecial/2024/sinteseEspecial18.html>), o pacote afeta os Servidores Públicos, pois propõe a distribuição das nomeações e posses de provimentos e concursos em 2025 de forma mais espaçada, com meta de redução de gastos de pelo menos R\$ 1 bilhão nos gastos do governo. Além disso, caso ocorra déficit primário ou redução das despesas discricionárias, será acionado um gatilho de reenquadramento que vedará, a partir de 2027, aumento real acima de 0,6% na despesa com pessoal e encargos.

Entre as medidas de interesse popular aparecem o aumento do teto de isenção do imposto de renda (IR) vinculado ao aumento da cobrança para quem ganha acima de cinquenta mil reais, o anúncio de restrições às isenções fiscais, a revisão das aposentadorias dos militares e a introdução de parâmetros para limitar as emendas parlamentares. A isenção do IR vai, hoje, até 2 salários mínimos. A isenção passaria para a faixa salarial de cinco mil reais. Além disso, como medida para compensar o aumento da faixa da isenção, foi proposta a criação de uma alíquota progressiva de 10% ao mês para quem ganha mais de cinquenta mil por mês.

No caso do controle das isenções fiscais para as grandes empresas, o pacote estabelece que, em situações de déficit fiscal primário, não será permitido conceder, ampliar ou prorrogar isenções ou reduções de tributação identificadas como “gastos tributários”. No caso das aposentadorias dos militares, o pacote prevê a extinção do pagamento do benefício previdenciário integral para as famílias de militares expulsos das Forças Armadas. Neste mesmo setor, o pacote fixa em 3,5% da remuneração a contribuição do militar para o Fundo de Saúde da corporação, extingue a pensão permanente para filhas adultas e

solteiras após a morte do militar e estabelece idade mínima para passagem à reserva remunerada.

No caso das emendas parlamentares, o pacote prevê a restrição do crescimento das emendas impositivas aos limites do arcabouço fiscal e veda a expansão real das emendas não impositivas, de modo que o montante total das emendas deverá crescer sempre obedecendo ao arcabouço. Neste mesmo âmbito, destina 50% dos valores de emendas de comissão do Congresso Nacional para o Sistema Único de Saúde, observados critérios e diretrizes técnicas, bem como bloqueia as emendas parlamentares proporcionalmente aos bloqueios do poder Executivo, com limite de 15% do total das emendas (previsão de R\$ 7,5 bi, em 2025).

VI- O que faremos como categoria e parte importante da sociedade

Todas as propostas do pacote proposto pelo Ministério da Fazenda, que são do interesse popular, têm bem menos chances de serem aprovadas no atual Congresso Nacional do que as medidas do mesmo pacote que prejudicam a classe trabalhadora. Por isso, será necessária muita mobilização para rechaçar as medidas antipopulares oriundas da pressão do mercado financeiro e para apoiar medidas orientadas pela busca de mais justiça social. Sugerimos que nossa categoria participe dessa mobilização, bem como da articulação nacional puxada por organizações ligadas às Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo para realizar em 2025, na semana da pátria, um plebiscito popular pela taxaço das grandes fortunas e pelo fim da escala 6x1.

Para além das disputas políticas que envolvem o rumo da economia, do desenvolvimento do país e o futuro da universidade pública, inclusiva e de qualidade, precisamos nos envolver na disputa ideológica atualmente travada na nossa sociedade. Precisamos enfrentar o negacionismo e o conservadorismo, que tendem a impedir o exercício das liberdades individuais e a sufocar a diversidade existente na sociedade. Internamente, nossa diretoria propõe a participação do APUBH na luta antirracista travada no interior da nossa universidade, além de outras lutas equivocadamente nomeadas como “identitárias”.

Todos e todas nós que compreendemos a gravidade do momento atual, com ameaças à democracia e aos interesses populares, devemos conversar sobre os temas tratados nesta análise de conjuntura com os nossos e as nossas colegas de trabalho. É necessário convidar e convocar o máximo de professores e professoras para as assembleias e para as

lutas. O sindicato é uma ferramenta importante da nossa luta e se ele está fortalecido, nós estamos fortalecidos enquanto coletivo.